



Estratégia
Concursos

4° SIMULADO

ISS ARACAJU

AUDITOR DE TRIBUTOS - GERAL
PÓS-EDITAL

Simulado Especial

4º Simulado – ISS Aracaju

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do ISS Aracaju;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, o Instituto CESPE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-ISS-Aracaju-19-09>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Viver com menos

De quantos objetos você precisa para ter uma vida tranquila? Certamente o kit essencial inclui peças de roupas, celular, cartões de crédito, móveis e eletrodomésticos como cama, geladeira, fogão, computador, e uma casa para guardar tudo isso. Talvez você também tenha um carro e acredite que para levar uma vida plena só precisa de mais aquela casa na praia. Se dinheiro não for um empecilho, a lista pode aumentar. Não é preciso ir muito longe para perceber que vivemos cercados por uma enorme quantidade de objetos e acabamos gastando boa parte do tempo cuidando de sua manutenção.

Nosso objetivo é tornar a vida mais fácil e confortável, mas muitas vezes acabamos reféns de nossos próprios objetos de desejo. Um dos lugares que ostentam as consequências do consumo excessivo são os engarrafamentos. Diante do sonho do carro próprio, as pessoas preferem ficar presas em um engarrafamento do que andar de transporte público.

Mas de quantas dessas coisas de fato precisamos e quantas não são apenas desperdícios de espaço, de dinheiro e de tempo? Por que compramos coisas que sabemos que não iremos usar? Para alguns estudiosos, a diferença entre o que precisamos e o que desejamos acaba se confundindo na cabeça do consumidor em meio à enxurrada de publicidade que recebemos todos os dias. Os objetos que compramos geralmente se encaixam em três categorias: a das necessidades, a dos desejos e a dos “necejos”, os objetos de desejo que, por imposição da publicidade, acabam se tornando uma necessidade. Tão necessários que as pessoas têm de lutar contra a corrente do marketing.

Mas há uma tendência que se contrapõe a isso, a do minimalismo – também conhecido como “consumo mínimo” ou “simplicidade voluntária”. Por exemplo, alguns assumem o desafio de viver um ano com apenas 100 itens, incluindo roupas, livros, aparelhos eletrônicos, lembranças de família e objetos pessoais. Outros procuram ir ainda mais fundo, vivendo sem casa e com apenas 50 itens. Há quem pregue o desafio de ficar um ano sem comprar nada, vivendo na base de trocas e doações.

O minimalismo não trata apenas da quantidade ou do valor dos itens que se encontram em nossas casas. Minimalismo é viver com o essencial, e cada pessoa decide o que é essencial para si. Então, por definição, o minimalismo sempre será algo subjetivo e individual. Por exemplo, todo mundo que mora numa casa ou apartamento grande em uma área mais barata da cidade poderia, pelo mesmo valor, morar

em um cubículo mais bem localizado. Essa é uma revolução minimalista: ter menos tralha e mais experiências.

VELOSO, Larissa. Viver com menos. Revista Planeta. São Paulo: Três Editorial. n. 490, ago. 2013. Seção Comportamento. Adaptado.

01. No texto “Viver com menos”, predominam as tipologias

- a) argumentativa e narrativa
- b) injuntiva e expositiva
- c) descritiva e narrativa
- d) expositiva e argumentativa
- e) narrativa e expositiva

02. A partir da leitura do texto, conclui-se que o minimalismo consiste em

- a) ter entre 50 e 100 itens, incluindo peças de roupas, eletrodomésticos e utensílios.
- b) uma revolução em curso, em que quanto menos objetos uma pessoa tem, melhor serão suas experiências.
- c) um modo de vida em que é necessário aderir à pobreza voluntária.
- d) uma prática na qual o consumo se limita ao que é indispensável para cada um.
- e) preferir consumir itens mais baratos.

03. os verbos do seguinte trecho “de quantas dessas coisas de fato precisamos e quantas não são apenas desperdícios” (4º parágrafo) estão conjugados no mesmo tempo e modo dos verbos do trecho

- a) Talvez você também tenha um carro [...] (1º parágrafo)
- b) Se dinheiro não for um empecilho [...] (1º parágrafo)
- c) [...] que não iremos usar? (3º parágrafo)
- d) Um dos lugares que ostentam as consequências do consumo excessivo são os engarrafamentos. (2º parágrafo)
- e) [...] o minimalismo sempre será algo subjetivo e individual. (5º parágrafo)

04. No segundo parágrafo, o verbo “ostentar” está empregado com o mesmo sentido de

- a) evidenciar.
- b) pavonear.
- c) gabar-se.
- d) proceder.
- e) envergar.

05. O emprego do sinal indicativo de crase em “consumidor em meio à enxurrada de publicidade” (3º parágrafo) decorre da

- a) presença de expressão adverbial com nome feminino.
- b) regência do verbo “confundir”.
- c) presença da locução prepositiva “em meio a”.
- d) regência do verbo “receber”.
- e) elipse do nome “publicidade” imediatamente depois de “à”.

06. A correção gramatical e o sentido seriam mantidos caso se suprimisse do texto

- a) o acento no vocábulo “têm” no trecho “as pessoas têm de lutar contra a corrente” (3º parágrafo)
- b) a vírgula imediatamente após “computador” (1º parágrafo)
- c) a conjunção “e” no trecho “vivendo sem casa e com apenas 50 itens” (4º parágrafo)
- d) o termo “para si” no trecho “o que é essencial para si” (5º parágrafo)
- e) a vírgula no trecho “Por exemplo, todo mundo” (5º parágrafo)

07. No primeiro período do texto, a oração “para ter uma vida tranquila” exerce a função de

- a) objeto indireto do verbo **precisar**
- b) complemento nominal de **objetos**
- c) sujeito do verbo **precisar**
- d) adjunto adverbial de causa
- e) adjunto adverbial de finalidade

08. O vocábulo “que” no trecho “Tão necessários que as pessoas têm de lutar contra a corrente do marketing” (3º parágrafo)

- a) é uma conjunção integrante, iniciando uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- b) inicia uma oração subordinada adverbial circunstancial
- c) é um pronome relativo que retoma o termo “necessários”
- d) inicia uma oração subordinada adverbial final
- e) é um pronome relativo que exerce a função de complemento de “necessários”

09. No que se refere aos elementos linguísticos do trecho “Mas de quantas dessas coisas de fato precisamos e quantas não são apenas desperdícios de espaço, de dinheiro e de tempo?” (3ª parágrafo) assinale a opção correta.

- a) No trecho “Mas de quantas dessas coisas de fato precisamos” o verbo “precisar” possui dois complementos.
- b) No trecho “desperdícios de espaço, de dinheiro e de tempo?” o emprego da vírgula justifica-se por listar os adjuntos adnominais “de espaço” e “de dinheiro”.
- c) O emprego da preposição “de” imediatamente antes de “quantas” justifica-se pela regência do verbo “precisar”
- d) O advérbio “não” poderia ser deslocado para imediatamente após a forma verbal “são”, sem prejuízo de correção e sentido do texto.
- e) Há duas orações coordenadas pela conjunção “mas”.

10. No trecho “acaba se confundindo na cabeça do consumidor” (3º parágrafo), o vocábulo “se”

- a) indetermina o sujeito da forma verbal “acaba”.
- b) indica reciprocidade.
- c) poderia ser suprimido, sem prejuízo à correção e aos sentidos.
- d) é parte integrante da forma nominal “confundindo”.
- e) é um pronome reflexivo.

AUDITORIA GERAL

Guilherme Santana / Tonyvan Oliveira

11. O Manual de Auditoria Operacional do TCU discorre sobre alguns métodos de seleção de objetos de auditoria. Nesse sentido, o critério segundo o qual as auditorias selecionadas devem procurar responder questões de interesse da sociedade, que estão em debate público e são valorizadas é o(a):

- a) materialidade.
- b) relevância.
- c) vulnerabilidade.
- d) efetividade.
- e) eficácia.

12. Na fase de planejamento da auditoria, e como subsídio à sua elaboração, a equipe deve construir uma visão geral preliminar do objeto para obtenção de conhecimento e compreensão a seu respeito, assim como do ambiente organizacional em que está inserido, incluindo, dentre outras fontes de informação e formas de obtenção de conhecimento, a legislação, as normas etc.

A construção da visão geral do objeto engloba as seguintes informações, **EXCETO**:

- a) descrição do objeto de auditoria, com as características necessárias a sua compreensão
- b) legislação aplicável
- c) objetivos institucionais, quando for o caso
- d) setores responsáveis, competências e atribuições
- e) definição das questões de auditoria

13. O programa de auditoria, elaborado com base nos elementos obtidos na visão geral do objeto, objetiva estabelecer, diante da definição precisa dos objetivos do trabalho, a forma de alcançá-los e deve evidenciar, **EXCETO**:

- a) a legislação aplicável
- b) o objetivo e o escopo da auditoria;
- c) o universo e a amostra a serem examinados;
- d) os procedimentos e as técnicas a serem utilizados, os critérios de auditoria, as informações requeridas e suas fontes, as etapas a serem cumpridas com respectivos cronogramas;

e) a quantificação dos recursos necessários à execução do trabalho.

14. São considerados atributos essenciais dos achados, **EXCETO**:

- a) condição
- b) critério.
- c) evidência.
- d) causa.
- e) efeito.

15. Julgue os itens a seguir acerca do que preveem as NAT (Normas de Auditoria do TCU) sobre a documentação de auditoria:

I - Todo o trabalho de auditoria deve ser documentado de modo a assegurar a sua revisão e a manutenção das evidências obtidas;

II - Auditores devem preparar a documentação de auditoria em detalhes suficientes para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado;

III - Ao se planejar sua forma e o conteúdo, deve-se observar se o papel de trabalho irá contribuir para o atingimento do objetivo da auditoria e dos procedimentos;

IV - Papéis de trabalho permanentes são aqueles necessários ao trabalho por um período limitado, para assegurar a execução de um procedimento ou a obtenção de outros papéis de trabalho subsequentes;

Estão corretos:

- a) II e III
- b) II e IV
- c) I e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

16. Acerca da dos entes que integram a administração pública indireta, assinale a alternativa correta.

- a) a criação de subsidiárias de empresas estatais deve ser precedida de autorização legislativa.
- b) Para que uma sociedade empresarial seja considerada uma sociedade de economia mista, basta que o controle acionário esteja em mãos do poder público.
- c) Os servidores das empresas públicas que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) As autarquias submetem-se ao controle hierárquico denominado supervisão ministerial.
- e) A aquisição da personalidade jurídica das fundações públicas de direito público ocorrerá com o registro de seus atos constitutivos na serventia registral pertinente.

17. Acerca dos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) O ciclo de polícia é composto por três fases: ordem, fiscalização e sanção, sendo admitido que a fase fiscalizatória seja delegada para pessoas jurídicas de direito privado.
- b) A atribuição de rever atos praticados por seus subordinados e de fiscalizar a sua atuação são decorrências do poder disciplinar.
- c) É decorrência do poder hierárquico a edição de atos normativos cujo objetivo é ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados.
- d) O exercício do poder de polícia é privativo dos órgãos de segurança pública.
- e) O poder regulamentar permite que a administração pública regulamente assuntos não abordados pela legislação.

18. Acerca do controle realizado pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que

- a) a função desempenhada pelo Tribunal de Contas possui uma natureza técnica, administrativa e jurisdicional.
- b) o Tribunal de Contas integra a estrutura do Poder Judiciário, auxiliando o Poder Legislativo na fiscalização e controle financeiro.
- c) o Tribunal de Contas da União possui competência para apreciar e julgar as contas do Presidente da República.
- d) a fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas se limita ao controle financeiro, sendo vedada a fiscalização contábil e orçamentária das pessoas privadas que administre bens e valores públicos.
- e) a fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas não se restringe ao controle financeiro, abrangendo, também, a fiscalização contábil e orçamentária da Administração Pública, inclusive dos entes da Administração Indireta.

19. Acerca dos serviços públicos, analise os próximos itens.

- I - A concessão de serviços públicos pode ser celebrada com uma pessoa jurídica ou com um consórcio de empresas.
- II - A autorização de serviços públicos é realizada a título precário, podendo ser revogada a qualquer momento.
- III - A taxa é utilizada em caso de serviços gerais, enquanto a tarifa se destina à contraprestação de serviços uti singuli.
- IV - A atividade prestada por instituições de ensino escolar, por se caracterizarem como serviços públicos, exigem delegação para serem desempenhadas por particulares.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) II e III.

20. De acordo com as disposições da Lei 9.784/99, que trata do processo administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) É admissível a delegação de competência para proferir decisão de recurso administrativo a outros órgãos ou autoridades, ainda que estes não sejam hierarquicamente subordinados à autoridade delegante.
- b) No processo administrativo, um terceiro, que não tenha iniciado ou participado do processo, não possui legitimidade para a interposição de um recurso administrativo.
- c) O direito que a Administração Pública possui para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo em caso de comprovada má-fé.
- d) Será inconstitucional lei que exija o depósito prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo.
- e) É impedido de atuar no processo administrativo a autoridade que seja amiga íntima de um dos interessados no processo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

21. Um grupo de servidores recém-empossados no cargo de Auditor-Fiscal de determinado município decidiu filiar-se ao sindicato da categoria respectiva. Ao receber o primeiro contracheque, perceberam que havia sido descontado, de forma automática, o valor correspondente à contribuição confederativa e à contribuição sindical prevista em lei. Inconformados com tal arbitrariedade, pensaram em proceder ao desligamento imediato da entidade, mas desistiram após serem informados de que ficariam proibidos de aderir a qualquer movimento grevista caso não mantivessem a filiação. Segundo o que dispõe a atual Constituição, é correto afirmar que:

- a) A contribuição confederativa é, realmente, devida, mas a cobrança da contribuição sindical depende de expressa autorização dos filiados. A condição imposta para a participação do movimento grevista, no entanto, ofende o princípio da liberdade sindical.

- b) A cobrança automática da contribuição confederativa se justifica em relação a qualquer servidor, sindicalizado ou não, já que a atuação do sindicato pode beneficiar, ainda que indiretamente, todos aqueles que se enquadram na categoria.
- c) Aos servidores do Tribunal é vedada a sindicalização e a greve, sendo, portanto, inconstitucionais tanto a cobrança das contribuições quanto a adesão ao movimento grevista.
- d) O desconto relativo à contribuição sindical somente será lícito caso o estatuto da entidade contenha expressa previsão acerca de sua cobrança.
- e) Tanto a contribuição confederativa quanto a sindical devem estar previstas em lei e, ainda assim, será necessário obter expressa anuência de cada servidor, autorizando o desconto na remuneração.

22. Grimel e Tadel sagraram-se vencedores, respectivamente, nas eleições para Presidente da República e Vice. Na data marcada para a posse, todavia, Grimel deixa de comparecer à solenidade, levando Tadel a assumir a vaga do titular. Levando em conta os mandamentos constitucionais relacionados ao tema, aponte a alternativa verdadeira:

- a) Tadel somente poderia ter ocupado a vaga de Grimel após transcorridos 10 dias sem que este tivesse comparecido para tomar posse.
- b) Tadel jamais poderia ter sucedido o titular nessa situação, devendo o Presidente da Câmara ter convocado eleições diretas para a escolha de um novo representante, já que o mandato ainda se encontrava no início.
- c) Tadel seguiu fielmente os comandos constitucionais, já que o Vice é o sucessor natural do Presidente da República, devendo substituí-lo não só em situações de impedimento, mas também de vacância no cargo.
- d) Como não houve assunção do cargo pelo titular, não há que se falar em substituição, caso em que deveria ter sido chamado a ocupar a vaga o terceiro candidato mais votado nas eleições.
- e) Tadeu agiu bem em assumir a presidência, mas essa substituição possui caráter provisório, devendo o Congresso Nacional realizar eleições indiretas para a escolha do novo representante, no prazo de 90 dias.

23. Fora aprovada, pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, lei dispondo acerca de sua Defensoria Pública, bem como sobre assistência jurídica no Estado. O governador, no sentido de complementar tais iniciativas de cunho assistencial, editou medida provisória versando sobre seguridade social. A análise das disposições constitucionais relativas a tais matérias permite concluir que:

- a) A medida provisória é inconstitucional, por tratar de tema vedado a essa espécie legislativa.
- b) A lei é inconstitucional no ponto em que trata da assistência jurídica, que, assim como a seguridade social, são da competência privativa da União.
- c) Os dois atos normativos editados pelo Estado são plenamente válidos, vez que tais temas se inserem no rol de competências concorrentes entre a União, Estados e Distrito Federal.
- d) A lei estadual, desde que tenha sido editada em obediência às normas gerais estabelecidas pela União, pode ser considerada válida. Já a medida provisória é inconstitucional, por invasão de competência privativa da União.
- e) A medida provisória estadual, por abordar tema reservado com exclusividade à União e, portanto, indelegável, deve ser declarada inconstitucional.

24. A respeito da composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considere:

- (I). Os únicos membros natos do Conselho são o Presidente e o Ministro-Corregedor.
- (II). O CNJ é composto por 15 membros, sendo que todos eles deverão submeter-se à sabatina do Senado Federal, para posterior nomeação pelo Presidente da República.
- (III). Os membros poderão ser reconduzidos ao cargo somente uma única vez.
- (IV). Dentre os membros externos à magistratura, há representantes de todas as funções essenciais à justiça.
- (V). Os membros do Ministério Público da União e do Ministério Público Estadual são escolhidos pelo Procurador-Geral da República.

Está correto o que se afirma em:

- a) III e V, apenas.

- b) I, apenas.
- c) I, II, III, IV e V.
- d) II e IV, apenas.
- e) I e III, apenas.

25. Terdúcio, deputado federal, durante votação plenária de determinado projeto de lei ordinária, percebeu que, durante a sessão, o quórum mínimo de instalação da sessão, exigido pela Constituição, não havia sido atingido. Ainda assim, o projeto foi votado na Câmara e seguiu para deliberação no Senado Federal. Assim que a nova votação teve início, Terdúcio, receoso de que a norma viciada pudesse vir a ser aprovada e integrar o ordenamento jurídico, dirigiu-se ao Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, a fim de tomar as providências cabíveis. Nessas condições, pode-se dizer que:

- a) Terdúcio deverá ajuizar mandado de segurança para ter assegurado seu direito líquido e certo à participação em um processo legislativo livre de vícios.
- b) Judicialmente não há nada que Terdúcio possa fazer, já que o controle de constitucionalidade, realizado pelo Poder Judiciário, é feito de forma repressiva, alcançando apenas normas que já completaram seu ciclo de formação.
- c) Terdúcio não poderá tomar qualquer medida judicial, mas poderá alertar algum Senador, para que este acione o Supremo pela via do mandado de segurança.
- d) Terdúcio poderá ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, cuja legitimidade, quando se trata de controle preventivo de constitucionalidade, é exclusiva do parlamentar.
- e) Terdúcio poderá impetrar mandado de segurança para interromper a tramitação da proposta, mas, caso venha a perder o mandato, a ação, caso ainda não tenha sido julgada, será extinta.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

26. Sobre os princípios penais e constitucionais, assinale a opção correta:

- a) Fere o princípio da legalidade, também conhecido por princípio da reserva legal, a criação de crimes e penas por meio de medida provisória.
- b) Segundo o princípio da legalidade, no ordenamento jurídico brasileiro determinada conduta só será considerada crime caso seja publicada lei posterior definindo-a como tal.
- c) De acordo com o princípio da taxatividade, o direito penal deve apenas tratar de condutas que de fato causem lesão a algum bem jurídico que mereça tutela.
- d) o princípio da humanidade proíbe a instituição de penas cruéis, como a de morte e a de prisão perpétua, mas não a de trabalhos forçados.
- e) o princípio da intervenção mínima baseia-se nas seguintes premissas: mínima ofensividade da conduta; ausência de periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade da conduta; inexpressividade da lesão jurídica.

27. Pedro, segurança de uma famosa rede de supermercados em São Paulo, percebeu que Paulo escondera em suas vestes dois cremes dentais e dois sabonetes, de valor aproximado de R\$ 15,00 (quinze reais). Ao tentar sair do estabelecimento, Paulo é preso em flagrante delito pelo segurança, que chama a polícia. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de Paulo não constitui crime, uma vez que este agiu em estado de necessidade.
- b) A conduta de Paulo não constitui crime, uma vez que o fato é materialmente atípico.
- c) A conduta de Paulo constitui crime, uma vez que se enquadra no artigo 155 do Código Penal, não estando presente nenhuma das causas de exclusão de ilicitude ou culpabilidade, razão pela qual este deverá ser condenado.
- d) A conduta de Paulo constitui crime, mas estará isento de pena, diante da inexigibilidade de conduta diversa, que é causa de excludente de culpabilidade.
- e) a conduta de Paulo não é crime, vez que agiu no exercício regular de um direito.

28. No que tange ao concurso de pessoas e segundo disposições preceituadas no Código Penal, é correto afirmar que

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente se quis participar de crime menos grave
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime, apesar de iniciada a execução, não chega a ser consumado.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- e) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, mas depende de outro resultado ou consequência.
- b) Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento particular.
- c) A falsidade ideológica refere-se ao conteúdo do documento, e a material é a própria forma do documento, que é alterada ou forjada, criando um documento novo.
- d) Alterar documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal é crime de falsificação de documento particular.
- e) No crime de falsificação de documento público, a pena é aumentada de quarta parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

30. Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta no referente aos crimes contra o patrimônio.

- a) o emprego de arma de fogo para a prática do crime de roubo não implica a majoração da pena cominada.
- b) no roubo, caso o agente seja primário e tenha sido de pequeno valor a coisa subtraída, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.
- c) No estelionato, a reparação espontânea do dano antes do recebimento da denúncia antes do julgamento de primeiro grau extingue a punibilidade.
- d) Se Roberto praticar o crime contra ascendente, estará isento de pena ocorrendo, assim ocorrendo causa de escusa absolutória legalmente prevista.
- e) o crime de latrocínio se consuma com a inversão da posse, não sendo necessário a ocorrência da morte.

ESTATÍSTICA BÁSICA

Guilherme Neves

31. Para uma premiação, dois funcionários do Estratégia Concursos serão sorteados aleatoriamente entre quatro candidatos: dois do departamento pedagógico e dois do departamento de marketing. A probabilidade de os dois funcionários sorteados pertencerem ao mesmo departamento é

- a) 1/2
- b) 1/3
- c) 1/4
- d) 1/6
- e) 3/4

32. Suponha que A e B são dois eventos independentes, tais que $P(A) = 0,7$ e $P(A \cup B) = 0,9$. Pode-se afirmar que $P(B)$ é igual a:

- a) 0,6
- b) 3/4
- c) 2/3
- d) 0,2
- e) 1/2

33. Considere dois eventos A e B tais que $P(A)=4/5$ e $P(B)=1/3$. A partir destes dados, pode-se afirmar que:

- a) $1/5 \leq P(A \cap B) \leq 1/4$.
- b) $2/5 \leq P(A \cap B) \leq 1/4$.
- c) $1/15 \leq P(A \cap B) \leq 1/3$.
- d) $2/15 \leq P(A \cap B) \leq 1/3$.
- e) $1/5 \leq P(A \cap B) \leq 1/3$.

34. Sete professores do Estratégia foram entrevistados acerca das quantidades de vezes que cada uma já viajou para o exterior. Os dados obtidos nessa pesquisa foram 9, 10, 6, 5, 20, 9 e 4. Sejam x, y e z, respectivamente, a média, a mediana e a moda desses números.

É correto concluir que

- a) $x < y < z$.
- b) $x < y = z$
- c) $x = y < z$
- d) $y < z = x$
- e) $x = y = z$

35. Considere uma população de dados em que todos os valores são iguais a um número real positivo x. O valor do desvio padrão dessa população é:

- a) $\frac{x}{n}$
- b) 0
- c) $\frac{nx}{2}$
- d) x
- e) 1

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Guilherme Neves

36. Guilherme Neves aplicou R\$ 2.000,00 em um fundo de investimento, por um ano, que rende à taxa bruta de 18% ao ano. O imposto de renda é de 22,5% sobre o ganho nominal. Nesse ano que Guilherme fez o investimento, a inflação foi de 7,5%. Portanto, a taxa real de juros anual obtida nesse investimento foi de:

- a) 5,5%
- b) 6,5%
- c) 5,0%
- d) 4,5%
- e) 6,0%

37. O mestre Possati fez uma aplicação com taxa pré-fixada de 2,25% ao mês. Entretanto, passados 20 dias, precisou fazer o resgate. Suponha que seja possível escolher entre os regimes de capitalização simples ou composto para realizar o resgate desse montante. Pode-se afirmar que o montante obtido por Possati:

- a) pelo regime simples será igual ao capital inicial (não haverá juros simples).
- b) pelo regime composto será igual ao capital inicial (não haverá juros compostos).
- c) pelo regime composto será maior.
- d) pelo regime simples será maior.
- e) será o mesmo, considerando os dois regimes de capitalização.

38. Nas operações de empréstimo, uma financeira cobra taxa efetiva de juros, no regime de capitalização composta, de 10,25% ao ano.

Isso equivale a cobrar juros com taxa anual e capitalização semestral de

- a) 5%
- b) 5,51%
- c) 10%
- d) 10,25%
- e) 10,51%

39. Guilherme tem um título no valor de R\$ 22.500,00. Se ele descontar o título 3 meses antes do vencimento em um banco, ele sofrerá um desconto comercial simples de R\$ 1.350,00. Considerando a mesma modalidade de desconto e a mesma taxa, obtém-se que se este mesmo título for descontado 4 meses antes de seu vencimento o seu valor atual será, em reais,

- a) 22.050,00
- b) 20.500,00
- c) 21.150,00
- d) 21.600,00
- e) 20.700,00

40. Uma empresa precisou descontar um título 2 meses antes de seu vencimento e sofreu um desconto no valor de R\$ 1.125,00. Se a operação realizada foi a do desconto racional simples, a uma taxa de desconto de 30% ao ano, o valor nominal deste título é de

- a) R\$ 21.000,00.
- b) R\$ 21.855,00.
- c) R\$ 22.685,00.
- d) R\$ 23.100,00.
- e) R\$ 23.625,00.

AFO e Orçamento Público

Luciana Marinho

41. Um Município X começou a cobrar de seus cidadãos impactados um valor que se destinava a custear obras públicas por conta de valorização imobiliária de determinado bairro daquela municipalidade. Nesse caso hipotético, os recursos arrecadados serão classificados como receita

- a) de contribuições sociais.
- b) patrimoniais.
- c) tributários.
- d) de serviços.
- e) de transferências correntes.

42. Segundo a Lei 4.320/64, quando um órgão da União arrecada recurso com a venda de imóveis públicos, tal receita deve ser classificada, quanto à origem, como

- a) receita patrimonial.
- b) transferência de capital.
- c) outras receitas correntes.
- d) outras receitas de capital.
- e) alienação de bens.

43. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, os itens abaixo estão corretos, exceto:

- a) Até 30 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- b) Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- c) A execução orçamentária e financeira, identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica de precatórios.
- d) Sendo a lei do orçamento soberana vinculando o Poder Executivo, não há necessidade de atos posteriores para que ela seja executada.
- e) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

44. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, os itens abaixo estão corretos, exceto:

- a) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- b) Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o

exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

- c) Permite-se, excepcionalmente, a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe a ordem de instituição de seus tributos, no que se refere aos impostos, desde que destinado à segurança pública.
- d) O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- e) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

45. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, os itens abaixo estão corretos, exceto:

- a) Considera-se compatível com a LDO, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- b) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- c) Considera-se compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.
- d) Considera-se adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- e) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

46. Com base nas disposições da Lei n.º 6.404/1976 e as normas do CPC, assinale a alternativa correta.

- a) Todas as entidades contábeis devem seguir exclusivamente o regime de competência.
- b) De acordo com o regime de competência, a confrontação das receitas com as despesas deve ser realizada considerando as entradas e as saídas de caixa no período.
- c) Em conformidade com o regime de competência, os gastos incorridos para a colocação de um ativo imobilizado recém-adquirido por uma entidade em local e condições que permitam o seu funcionamento de acordo com o planejado pela administração devem ser reconhecidos como despesas do período.
- d) Quando determinada empresa paga uma parcela de seguro relativo a período de cobertura ainda não transcorrido, o valor correspondente à parcela paga integra as contas de resultado do período.
- e) Considere que determinada empresa, costumeiramente, pague seus empregados somente no quinto dia útil do mês seguinte à prestação dos seus serviços. Nesse caso, se o regime contábil para efeito de registro fosse o de caixa, e não o de competência, no mês da prestação desses serviços, haveria redução no passivo e aumento no lucro ou redução do prejuízo.

47. De acordo com os conceitos relacionados à depreciação definidos no CPC 27, analise as seguintes assertivas:

- a) A depreciação de um ativo somente deve ser contabilizada a partir do momento em que o ativo estiver em uso.
- b) O reparo e a manutenção de um ativo podem preservar suas condições originais, mas não evitam a necessidade de depreciá-lo.
- c) A redução do valor residual de um ativo imobilizado proporcionará redução da cota de depreciação mensal desse ativo, caso sua vida útil seja mantida inalterada

d) O valor da depreciação de um ativo imobilizado pode ser calculado por vários métodos, mas, uma vez escolhido, o método deve ser mantido até a baixa do ativo em questão.

e) O valor de aquisição e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício, e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de política contábil.

48. Assinale a alternativa correta a respeito da redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

a) O teste de recuperabilidade, também chamado de impairment test, define que o valor recuperável de um ativo é o menor número absoluto entre o valor justo, líquido de despesas de venda, e o seu valor de uso.

b) A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é superior ao seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados, sinalizando a necessidade de realização de testes de recuperabilidade do valor patrimonial desses ativos.

c) A reversão da perda por irrecuperabilidade de ativos deve ser reconhecida em contas de patrimônio líquido, em razão de sua natureza.

d) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é registrado pelo seu custo incorrido, e está sujeito a depreciação, quando aplicável, bem como a ajuste pelo valor recuperável, caso este seja menor que o valor contábil líquido.

e) Um ativo imobilizado ou intangível pode ter seu valor contábil aumentado em função de teste de imparidade, desde que esse aumento configure reversão de uma perda por irrecuperabilidade reconhecida anteriormente e até o limite do valor contábil que ele teria se nenhuma perda por irrecuperabilidade tivesse sido reconhecida.

49. A Cia. JLS reconheceu, durante o ano de 2010, vendas brutas no valor total de R\$ 6.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendas R\$ 720.000,00
- Abatimentos sobre vendas R\$ 450.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadas R\$ 150.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadas R\$ 60.000,00
- Impostos sobre vendas R\$ 1.110.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa R\$ 180.000,00
- Recuperação de créditos com clientes R\$ 30.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 2.400.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. JLS, no ano de 2010, foram, respectivamente, em reais,

- a) 3.720.000,00 e 960.000,00.
- b) 3.660.000,00 e 1.260.000,00.
- c) 3.720.000,00 e 1.320.000,00.
- d) 3.720.000,00 e 1.260.000,00.
- e) 3.660.000,00 e 1.110.000,00.

50. Com base na legislação societária e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a alternativa correta com relação a Demonstração do Resultado do exercício.

- a) A elaboração da demonstração do resultado do exercício pelo método da natureza não exime a empresa da divulgação adicional de informações das despesas segundo sua função.
- b) Na demonstração de resultado, apesar de a legislação societária induzir a apresentação da despesa pela natureza, ela também poderá ser apresentada de acordo com a sua função.
- c) As sociedades por ações de capital aberto deverão iniciar sua demonstração do resultado do exercício pela receita bruta.

d) Na demonstração de resultado do exercício (DRE), as despesas devem ser subclassificadas. A escolha da classificação dos gastos pela função da despesa ou pelos gastos por natureza está baseada na capacidade de o método proporcionar informação mais confiável e mais relevante à entidade, cumpridas as determinações legais.

e) A mensuração da receita é feita pelo valor nominal das contraprestações recebidas ou a receber.

51. A respeito da demonstração do valor adicionado (DVA), de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos do CPC, assinale a opção correta.

- a) A receita com vendas e prestação de serviços deve ser apresentada líquida de seus efeitos tributários, uma vez que tributos não constituem receitas efetivas da empresa.
- b) O reconhecimento de resultado positivo de equivalência patrimonial diminui o valor adicionado recebido em transferência.
- c) O valor do prejuízo do exercício integra o item remuneração do capital próprio da demonstração do valor adicionado.
- d) O reconhecimento de amortização, depreciação e exaustão aumenta o valor adicionado líquido produzido pela entidade.
- e) Despesas de juros, inclusive as variações cambiais passivas, são consideradas distribuição de riqueza, sendo classificadas na DVA como remuneração do capital próprio.

52. A empresa Coruja S.A. adquiriu 80% das ações com direito a voto da Cia. Viver bem S.A. O preço pago pela aquisição foi R\$ 80.000.000,00 e a Coruja S.A. passou a deter o controle da Cia. Cia. Viver bem S.A. Sabe-se que o valor registrado no Patrimônio Líquido da Cia. Viver bem S.A. era, na data da aquisição, R\$ 80.000.000,00 e que o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era, nesta data, R\$ 90.000.000,00.

Os valores totais reconhecidos no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Coruja S.A e a parcela correspondente ao ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, foram, respectivamente, em reais,

- a) 64.000.000,00 e 16.000.000,00.
- b) 80.000.000,00 e 8.000.000,00.
- c) 64.000.000,00 e 8.000.000,00.
- d) 64.000.000,00 e 0,00 (zero).
- e) 80.000.000,00 e 8.000.000,00.

53. As informações abaixo serão utilizadas pelo contador par elaborar o fluxo de caixa da empresa Xis.

Operação	Reais
Redução em fornecedores	23.000
Aquisição de ativo imobilizado	30.000
Aquisição de investimentos	45.000
Aumento em impostos e contribuições a recolher	19.000
Baixas líquidas do ativo imobilizado	7.600
Depreciação e amortização	49.000
Empréstimos tomados	80.000
Integralização de capital	50.000
Lucro do Exercício	25.000
Pagamentos de empréstimos – principal	78.000
Redução em contas a receber	30.000
Aumento nos estoques	19.500
Resultado positivo da Equivalência Patrimonial	17.000

Assinale a alternativa com o total do caixa líquido gerado nas atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto da empresa .

- a) R\$ 39.600.
- b) R\$ 57.000.
- c) R\$ 64.600.
- d) R\$ 71.100.
- e) R\$ 98.600.

54. A empresa Sergipe S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2018, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 150.000,00. Durante o ano de 2019, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de Capital em dinheiro
R\$ 60.000,00
- Incorporação de Reservas ao Capital
R\$ 10.000,00
- Lucro Líquido do Período
R\$ 200.000,00
- Destinação do lucro para reserva legal
R\$ 5.000,00
- Destinação do lucro para reserva para contingência
R\$ 15.000,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios
R\$ 20.000,00
- Aquisição de ações da própria companhia
R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2019 foi de:

- a) R\$ 385.000,00.
- b) R\$ 395.000,00.
- c) R\$ 395.000,00.
- d) R\$ 400.000,00.
- e) R\$ 450.000,00

55. Um princípio aplicável a elaboração e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas de companhias abertas consiste em

- a) A controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, incluso no patrimônio líquido dos proprietários da controladora
- b) Admitir uma defasagem máxima de seis meses entre as datas de encerramento das demonstrações da controlada e das demais entidades em processo de consolidação, devendo ser considerados os efeitos de transações relevantes nesse período.
- c) Considerar o patrimônio da controladora e de suas controladas e coligadas como se esse patrimônio pertencesse a uma única entidade.
- d) Utilizar políticas contábeis não uniformes que respeitem as diferenças entre os setores econômicos a que pertençam as entidades que estejam sendo objeto de consolidação.
- e) Demonstrações consolidadas são as demonstrações contábeis de grupo econômico, em que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

56. A Industrial São Conrado, que produz lâmpadas, apresentou as seguintes informações sobre sua produção:

Quantidade produzida - 4.000 unidades

Quantidade vendida - 3.000 unidades

Matéria-prima consumida - 90.000,00

Mão de obra direta - 60.000,00

Mão de obra indireta - 12.000,00

Gastos gerais de fabricação - 30.000,00

Sabendo-se que a Industrial São Conrado faz o custeio de seus produtos pelo método variável, o custo unitário dos produtos vendidos, em reais, é

- a) 35,00
- b) 37,50
- c) 42,00
- d) 56,00
- e) 40,50

57. Uma indústria produz, atualmente, 100.000 unidades de um único produto. Nesse processo, são incorridos custos fixos no valor de R\$ 300.000,00 e custos variáveis no valor de R\$ 800.000,00. O preço unitário de venda é de R\$ 33,00. Com base nessas informações, a margem de contribuição unitária, em reais, e o ponto de equilíbrio, em unidades, são respectivamente,

- a) 8,00 e 18.750
- b) 15,00 e 7.500
- c) 20,00 e 20.000
- d) 22,00 e 5.357
- e) 25,00 e 12.000

58. Considere os seguintes dados da empresa Vale S/A:

- Quantidade vendida = 258 u.

- Custos e despesas variáveis = R\$ 350,00/u.

- Custos e despesas fixos = R\$ 56.000,00/mês.

- Preço de venda = R\$ 600,00/u.

A margem de segurança operacional, em unidades, é de:

- a) 34 unidades.
- b) 38 unidades.
- c) 224 unidades.
- d) 258 unidades.
- e) 318 unidades.

59. Um auditor deseja analisar o comportamento das despesas comerciais de uma sociedade empresária, ao longo dos anos.

Assinale a opção que indica o principal foco de análise para atingir seu objetivo.

- a) Análise horizontal
- b) Os indicadores de lucratividade.
- c) Os indicadores de rentabilidade.
- d) Os índices de Liquidez.
- e) A análise vertical.

BALANÇO PATRIMONIAL 2018

ATIVO CIRCULANTE	\$ 70,00	PASSIVO CIRCULANTE	\$ 40,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	\$ 30,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	\$ 10,00
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	\$ 50,00

60. Considere que, comparando-se o balanço patrimonial de 2019 com o balanço de 2018, verificou-se que o ativo total cresceu 70%, embora o ativo não circulante tenha se mantido constante. Sabendo que o índice de liquidez corrente não se alterou entre 2018 e 2019, permanecendo em 1,75, o valor do passivo circulante em 2018 foi

- a) \$ 80,00.
- b) \$ 70,00.
- c) \$ 65,00.
- d) \$ 60,00.
- e) \$ 55,00.

INFORMÁTICA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda / Thiago Cavalcanti

61. A respeito de dado, informação, conhecimento e inteligência, assinale a alternativa correta.

- a) Ferramentas de colaboração on-line podem ser síncronas ou assíncronas, oferecendo integração preferencialmente com dados estruturados,
- b) Os dados são requisitos para a informação, e esta é a base para a construção do conhecimento.
- c) Os processos de informação fundamentam-se em informação e conhecimento, haja vista que os dados são apenas fatos brutos e irrelevantes para a contextualização da informação.
- d) A informação emerge somente após existir uma resolução de uma problema específico a fim de atingir um propósito.
- e) Os metadados, que são definidos como dados sobre dados, só existem se armazenados em bancos de dados cuja finalidade seja documentar e organizar a informação estruturada.

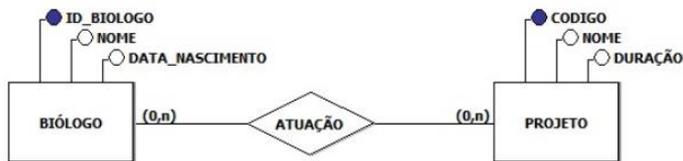
62. Sobre Banco de Dados Relacionais, assinale a alternativa correta.

- a) No MER, uma relação pode ser do tipo um-a-um, um-a-muitos, muitos-a-um ou muitos-a-muitos. Em todos os casos há a necessidade de criar uma tabela associativa.
- b) Um sistema que realizará processamento de transações online, rotineiras, do dia a dia, de um departamento, deve ser embasado em um banco de dados normalizado e com indexação cuidadosamente ajustada;
- c) A definição da chave primária de uma tabela criada no banco de dados possui a restrição de minimalidade, ou seja, definida apenas por um campo.
- d) Os mecanismos de controle de concorrência implementados em sistemas de bancos de dados visam garantir que as transações tenham a propriedade de durabilidade.
- e) Uma transação é uma unidade lógica de trabalho que tem como uma única propriedade a atomicidade.

63. Sobre visões, índices e metadados, assinale a alternativa correta.

- a) Os metadados, comumente definidos como dados sobre dados, podem ser descrições de dados armazenados em banco de dados conhecidos como instância.
- b) Dicionário de dados dos Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados, que contém definições e representações de elementos de dados, descreve o conceito de um metadado.
- c) Uma visão (view) pode ser um subconjunto de um banco de dados ou conter uma visão virtual dos dados, além de não existir de forma física na base.
- d) As visões são usadas para impedir o usuário acesse as informações de versão do SGBD e evitar ataques de versionamento de software.
- e) Para aperfeiçoamento das consultas em tabelas deve-se criar o maior número de índices possível.

64. Sobre modelagem de dados abaixo, assinale a alternativa correta.



- a) O modelo representa o projeto físico de banco de dados
- b) Caso o campo sexo fosse adicionado à entidade BIÓLOGO e houvesse uma limitação dos valores possíveis (M ou F), seria criada uma restrição de domínio.
- c) O modelo acima depende da escolha de um SGBD específico.
- d) No projeto lógico há a necessidade da criação de uma tabela estrangeira devido ao relacionamento N:N
- e) Projeto é uma entidade fraca

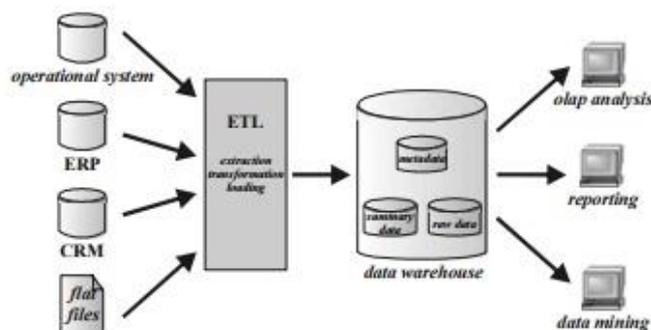
65. Sobre a modelagem dimensional e BI

- a) Em uma arquitetura OLAP em que haja enorme volume de processamento de dados, é tecnicamente inviável usar dispositivo móveis como clientes.
- b) Sistemas de suporte à decisão, em regra, são fracamente normalizados, podendo, até mesmo serem totalmente desnormalizados.
- c) Sistemas de OLTP tem como objetivos a extração eficiente, o processamento e a apresentação analítica de dados para suporte à decisão gerencial.
- d) Em um modelo do tipo estrela (star schema), devido à ligação entre as tabelas dimensionais, há uma normalização pré-definida pelo DBA.
- e) Se um departamento de uma empresa necessitar acessar as informações armazenadas no DW, todavia, em um escopo bastante limitado de informações, o recurso utilizado é a criação de um BigData

66. Assinale a opção correta sobre operações OLAP:

- a) Drill down limita o conjunto de valores selecionando algumas dimensões.
- b) Slicing fixa uma dimensão a ser considerada na consulta.
- c) Dicing aumenta o nível de detalhe da informação acessada.
- d) Pivot pula de um nível para outro na mesma dimensão.
- e) Waving inverte as dimensões entre linhas e colunas.

67. Analisando a figura abaixo, assinale a alternativa correta:



Internet: <www.infoescola.com/informatica/data-warehouse>.

- a) No processo de ETL, ao extrair dados de diversas fontes de dados e migrá-los para o data warehouse, preservam-se as estruturas originais dos dados.
- b) A exploração de dados com OLAP requer a extração da informação original para um data warehouse, conforme ilustrado, sem a possibilidade de usar bases de dados relacionais.
- c) Data mining é o processo de explorar um pequeno volume de dados em busca de um resultado específico sobre um determinado domínio.
- d) Se após a criação do DW fossem criados data marts especializados, a abordagem escolhida teria sido Top-Down proposta pelo autor RALPH KIMBALL.
- e) Após estabelecer o data warehouse, ele possui como principal característica ser não volátil e somente para leitura.

68. a) Machine Learning é a área da inteligência artificial que busca desenvolver técnicas sobre aprendizado computacional de forma autônoma.
- b) Aprendizado de máquina não trata-se de uma ferramenta para reconhecer padrões complexos em busca de tomada de decisão
- c) Banco de dados NoSQL não podem ser utilizados em soluções que envolvam BigData por não possuírem suporte à linguagem padrão de comunicação com uma base.
- d) BigData trata-se de uma solução que envolve primariamente dados estruturados.
- e) Velocidade, Valor, Volume, Variedade e Vacância formam os 5 V's de BigData

69. Datamining trabalha com tarefas para exploração de dados. Duas importantes classes para essa extração de dados são as:

- a) indexação e atonicidade
- b) previsão e otimização
- c) interpolação e valoração
- d) identificação e generalização
- e) classificação e associação

70. Sobre a Lei de Acesso à informação, não sendo possível conceder o acesso imediato à informação, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá responder, em um prazo:

- a) superior a 20 dias podendo ser prorrogado por igual período
- b) não superior a 10 dias podendo ser prorrogado por 5 dias
- c) não superior a 10 dias podendo ser prorrogado por 10 dias
- d) não superior a 20 dias podendo ser prorrogado por 10 dias
- e) não superior a 20 dias podendo ser prorrogado por 5 dias

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. Em se tratando de empresário que deseje atuar sob a modalidade EIRELI, é correto afirmar que:

- a) Não está sujeito a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- b) O capital destinado à atividade deverá ser equivalente a pelo menos quarenta salários mínimos.
- c) A EIRELI poderá optar pela adoção de firma ou denominação.
- d) A inscrição perante o Registro Público de Empresas Mercantis é facultativa.
- e) Nenhuma das anteriores

72. Sobre o direito de empresa, assinale a alternativa que não corresponde com o que dispõe o Código Civil:

- a) Considera-se empresário todo aquele que exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- d) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- e) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

73. Um bebedouro localizado no interior do prédio do Fisco Municipal de Aracaju e utilizado por seus auditores é considerado:

- a) uma pertença, sendo imóvel por acessão intelectual;
- b) um bem imóvel, apenas, por estar associado ao bem principal;
- c) uma parte integrante do bem imóvel;
- d) uma pertença, permanecendo como bem móvel;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

74. Em relação ao usufruto, é incorreto afirmar que:

- a) o usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades;
- b) salvo disposição em contrário, o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acréscidos;
- c) o usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- d) é possível transferir o usufruto por meio de alienação;
- e) todas as alternativas estão corretas.

75. Em relação ao testamento, suas modalidades e peculiaridades, é correto afirmar que:

- a) são dispensadas testemunhas no testamento cerrado;
- b) é válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital;
- c) é proibido o testamento conjuntivo, salvo se for recíproco;
- d) o testamento público não terá validade se o testador não souber assinar;
- e) o testamento particular deve ser escrito de próprio punho.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fabio Dutra

76. Considerando exclusivamente o que foi previsto no Código Tributário Nacional acerca dos tributos e suas espécies, aponte a alternativa incorreta:

- a) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva de serviço público específico e divisível, que deve ser efetivamente utilizado pelo contribuinte.
- b) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- c) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- d) No caso das taxas, considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- e) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

77. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), o fato gerador do imposto

- a) pode ser o exercício regular do poder de polícia.
- b) pode ser a valorização imobiliária, decorrente de obras públicas.
- c) consiste na utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- d) independe de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- e) depende de uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

78. A respeito da imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, VI, “a”, da CF/88, aponte a alternativa correta:

- a) A imunidade recíproca se restringe aos impostos, não alcançando outras espécies tributárias.
- b) A imunidade recíproca não alcança autarquias e fundações.
- c) A imunidade recíproca alcança empresas públicas e sociedades de economia mista de um modo geral, ressalvadas as restrições constantes no texto constitucional.
- d) A imunidade recíproca exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
- e) A imunidade recíproca se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

79. Aponte a alternativa correta, considerando as regras dispostas no Código Tributário Nacional a respeito da competência tributária:

- a) A competência tributária é delegável, em qualquer caso.
- b) A competência tributária é delegável, desde que a outra pessoa jurídica de direito público.
- c) O não exercício da competência tributária a defere a outro ente federativo diverso daquele a quem tenha sido atribuída.
- d) A capacidade tributária ativa só pode ser atribuída pela própria Constituição Federal.

e) A capacidade tributária ativa não pode ser concedida a pessoa jurídica de direito privado.

80. Aponte a alternativa que apresenta um tributo que não pode ser instituído pela União:

- a) Impostos municipais nos territórios federais divididos em Municípios.
- b) ICMS-Extraordinário.
- c) Contribuições de intervenção no domínio econômico.
- d) Novas contribuições como fontes de custeio para o financiamento da seguridade social.
- e) Impostos municipais nos territórios federais não divididos em Municípios.

81. Assinale a resposta correta a respeito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza.

- a) Incide sobre serviços de transporte intramunicipal;
- b) Incide sobre serviços de comunicação;
- c) Incide sobre operações de locação de bens móveis;
- d) Incide sobre serviços definidos em lei complementar. Nesse sentido, a incidência do imposto depende da denominação dada ao serviço;
- e) O contribuinte do ISS é o tomador do serviço.

82. Somente a lei pode estabelecer, exceto:

- a) a instituição de tributos, ou a sua extinção;
- b) a definição do fato gerador da obrigação tributária principal.
- c) a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- d) dispensa ou redução de penalidades.
- e) A atualização do valor monetário da base de cálculo.

83. Cabe à lei complementar, exceto:

- a) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) instituir as limitações ao poder de tributar;
- c) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, assim como obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;
- d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte;
- e) estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.

84. A respeito da obrigação tributária, aponte a afirmativa incorreta:

- a) A obrigação tributária é principal ou acessória.
- b) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, se converte em obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.
- c) A exigência da obrigação acessória pressupõe a exigibilidade da obrigação tributária principal.
- d) O fato gerador da obrigação principal é a situação prevista em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- e) A obrigação principal compreende não só o pagamento de tributo, mas também o pagamento de multas tributárias.

85. A empresa Alfa adquiriu, em 30/06/2019, o estabelecimento comercial de alimentos de Beta e continuou a exploração da respectiva atividade sob outra razão social. Beta, por seu turno, interrompeu suas atividades temporariamente, retomando-as em 17/09/2019, em outro ramo de comércio.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Alfa responde integralmente, na condição de responsável, pelas obrigações tributárias surgida até a data de aquisição do estabelecimento comercial de Beta.

- b) Beta responde subsidiariamente pelas obrigações tributárias surgida até a data de alienação do estabelecimento comercial.
- c) Beta não responde pelas obrigações tributárias surgida até a data de alienação do estabelecimento comercial.
- d) Alfa responde subsidiariamente com Beta, pelas obrigações tributárias surgida a partir da data de aquisição do estabelecimento comercial.
- e) Alfa responde subsidiariamente com Beta, pelas obrigações tributárias surgida até a data de aquisição do estabelecimento comercial.

86. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, em caso de modificação nos critérios jurídicos adotados pela administração tributária.
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando a lei assim determine;
- IV - recurso de ofício;
- V - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II, III, IV, e V;
- b) II, IV e V;
- c) I, III, IV e V;
- d) I, II, IV e V;
- e) II, III e V.

87. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que indica quantas delas estão corretas.

I - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

II - Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

III - Permite-se que seja aplicada ao lançamento lei já revogada à época de sua feitura.

IV - O crédito tributário, embora decorra da obrigação tributária principal, não possui a mesma natureza desta.

a) Nenhum item está correto.

b) Um item está correto.

c) Dois itens estão corretos.

d) Três itens estão corretos.

e) Quatro itens estão corretos.

88. Assinale a alternativa que não apresenta hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

a) Adesão, por parte do contribuinte, a parcelamento.

b) Recurso interposto no âmbito administrativo.

c) Depósito de montante integral para garantia do juízo.

d) Concessão de antecipação de tutela em ação judicial.

e) Compensação.

89. Como regra, o prazo decadencial para constituição do crédito tributário tem início a partir do seguinte momento:

a) a partir da data do fato gerador em relação ao tributo lançado de ofício.

b) a partir da data da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

c) a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

d) a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

e) a partir da ciência do contribuinte do lançamento, respeitado o prazo para contestação.

90. São créditos que possuem privilégios em relação ao crédito tributário, exceto:

a) Créditos trabalhistas e do acidente do trabalho.

b) Na falência, créditos com privilégio especial.

c) Na falência, as importâncias passíveis de restituição.

d) Na falência, o crédito com garantia real no limite do valor do bem gravado.

e) Na falência, créditos extraconcursais.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Vilchez

91. Considere a seguinte situação hipotética:

Hotel (localizado em Aracaju) instalado em um imóvel com 15.000m² de área de terreno e 1.200m² de área construída.

Considere os seguintes dados:

Valor de m² do terreno: R\$ 500

Valor de m² da construção: R\$ 1.000

A título de simplificação utilize a seguinte fórmula para a apuração do valor do venal do imóvel:

(área do terreno x Valor de m² do terreno) + (área construída x Valor de m² da construção)

Questionamento: Qual é o valor do IPTU a ser pago pelo proprietário do imóvel descrito acima?

Assinale a alternativa que responda corretamente, de acordo com os dispositivos legais previstos no Código Tributário Municipal de Aracaju, o questionamento feito acima:

a) R\$ 132.000

b) R\$ 87.000

c) R\$ 80.000

d) R\$ 100.000

e) R\$ 7.000

92. Considere os seguintes imóveis, todos localizados no Município de Aracaju:

I – Imóvel residencial localizado no bairro Porto Dantas;

II – Imóvel não edificado com valor venal de R\$ 18.000 localizado no bairro Capucho;

III – Imóvel não edificado com valor venal de R\$ 9.000 localizado no bairro Palestina;

IV – Indústria metalúrgica localizada no bairro da Olaria.

Assinale a alternativa que elenca na sequência correta o valor das alíquotas de IPTU dos imóveis descritos acima:

- a) 0,8%; 4%; 3%; 2,4%
- b) 0,8%; 3%; 2,5%; 2,4%
- c) 0,8%; 3%; 3%; 3%
- d) 2,5%; 2,5%; 4%; 1,6%
- e) 2,5%; 3%; 2,4%; 1,6%

93. Em relação aos dispositivos legais relativos ao IPTU previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) a venda para um particular de um imóvel de titularidade de uma entidade imune atrai a incidência da norma tributária do IPTU no primeiro dia do mês subsequente ao da alienação do imóvel.
- b) imóvel não construído, localizado em uma via não pavimentada, sem muros e grades sofrerá a tributação do IPTU com acréscimo de 50% do valor original.
- c) o poder executivo poderá fixar desconto de 15% para quem pagar o IPTU integralmente até o vencimento da 1ª parcela e não tiver nenhum débito até 31 de dezembro do ano anterior.
- d) servidor público do município de Aracaju cedido para a secretaria da fazenda do Estado de Sergipe pode gozar da isenção de IPTU, caso seja proprietário de um imóvel no município, utilize-o para sua residência e não possua outro em qualquer localidade do território brasileiro.

e) proprietário de imóvel no Município de Aracaju e portador de esclerose amiotrófica lateral pode gozar de isenção de IPTU, desde que resida no imóvel e não possua outro no território do referido município.

94. Em relação aos dispositivos legais relativos ao ITBI previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) somente há incidência do ITBI na cessão de direitos hereditários quando o patrimônio deixado pelo falecido é composto somente de bens imóveis.
- b) somente há a incidência do ITBI na cessão de direito decorrente do compromisso de compra e venda, caso haja pelo menos um dos elementos inerentes aos direitos reais.
- c) sócio da empresa A integralizou a sua parte no capital social (R\$ 400.000) por meio da transferência de um imóvel, cujo valor de mercado é de R\$ 600.000. Como a referida empresa não exerce de forma preponderante a atividade de compra e venda, locação e arrendamento mercantil de bens imóveis, não haverá a incidência do ITBI sobre essa transmissão imobiliária.
- d) empresa B foi incorporada por uma empresa que exerce de forma exclusiva a atividade de compra e venda de imóveis. Nesse caso a análise de preponderância fica prejudicada em decorrência da atividade exercida pela empresa incorporadora.
- e) nas cessões de direito de superfície o contribuinte é o cessionário e o cedente o responsável solidário.

95. Considere as seguintes situações hipotéticas:

I – Tício vendeu o imóvel Y localizado em Aracaju para Lutércio por R\$ 300.000

II – Mévio arrematou em hasta pública o imóvel Z localizado em Aracaju por R\$ 400.000

Considere as seguintes informações:

- 1) Ambas as transmissões imobiliárias ocorreram em 01/06/2020
- 2) Valor venal do imóvel Y em 2020 (IPTU) – R\$ 290.000
- 3) Valor venal do imóvel Z em 2020 (IPTU) – R\$ 500.000

4) Inflação acumulada (Janeiro a Junho de 2020) – 5%
Considerando as informações acima expostas, assinale a alternativa correta quanto ao valor do ITBI a ser pago em cada uma das situações concretas acima descritas e que estejam de acordo com os dispositivos legais previstos no Código Tributário do Município de Aracaju quanto ao tema:

- a) I – R\$ 6.090; II – R\$ 8.000
- b) I – R\$ R\$ 6.000; II – R\$ 10.000
- c) I – R\$ 6.090; II – R\$ 10.500
- d) I – R\$ 5.000; II – R\$ 8.000
- e) I – R\$ 6.000; II – R\$ 10.000

96. Em relação aos dispositivos legais relativos ao ITBI previstos na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) o ITBI deve ser pago para o município onde estiver domiciliado o alienante do imóvel.
- b) no caso de a sentença judicial funcionar como título da transmissão imobiliária, o ITBI deve ser pago em até 10 dias do trânsito em julgado da decisão judicial
- c) o ITBI pode ser pago em 5 parcelas fixas.
- d) no caso do ajuizamento de embargos à arrematação, o ITBI deve ser pago em até 10 dias do trânsito em julgado da sentença que os julgar procedentes.
- e) o pagamento do ITBI somente deve ser exigido no momento do registro do título aquisitivo.

97. A construtora Constru Cap Ltda, estabelecida em São Paulo, foi contratada por uma indústria, estabelecida no município de Aracaju, para executar uma obra no mesmo município. O valor cobrado pela construtora foi de R\$ 1.000.000 e o custo com materiais e subempreitadas foram os seguintes:

- 1) Materiais produzidos pela construtora no local da obra – R\$ 100.000
- 2) Materiais produzidos pela construtora fora do local da obra – R\$ 100.000
- 3-) Materiais adquiridos de terceiros – R\$ 200.000
- 4) Subempreitadas já tributadas – R\$ 100.000

Assinale a alternativa correta que indique qual é o valor a ser pago de ISS e o sujeito passivo da relação jurídico-tributária, conforme os dispositivos legais previstos no Código Tributário Municipal de Aracaju quanto ao tema:

- a) A Constru Cap Ltda deve pagar para o Município de São Paulo R\$ 35.000 de ISS.
- b) A indústria e a Constru Cap Ltda possuem um vínculo de subsidiariedade quanto ao cumprimento da obrigação tributária principal do ISS, cujo valor é R\$ 30.000, desde que não haja o desconto na fonte do imposto devido pelo tomador.
- c) A indústria e a Constru Cap Ltda possuem um vínculo de solidariedade quanto ao cumprimento da obrigação tributária principal do ISS, cujo valor é R\$ 30.000, desde que não haja o desconto na fonte do imposto devido pelo tomador.
- d) A indústria e a Constru Cap Ltda possuem um vínculo de solidariedade quanto ao cumprimento da obrigação tributária principal do ISS, cujo valor é R\$ 25.000, desde que não haja o desconto na fonte do imposto devido pelo tomador.
- e) A indústria e a Constru Cap Ltda possuem um vínculo de subsidiariedade quanto ao cumprimento da obrigação tributária principal do ISS, cujo valor é R\$ 35.000, desde que não haja o desconto na fonte do imposto devido pelo tomador.

98. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I – Tício, electricista autônomo e não inscrito no cadastro mobiliário de empresas do Município de Aracaju, prestou serviço para um restaurante de comida japonesa localizado em Aracaju.
- II – Empresa de fornecimento de mão obra, estabelecida em Salvador, prestou serviço para uma indústria estabelecida no Município de Aracaju.
- III – Construtora, estabelecida em Aracaju, foi contratada por um hospital estabelecido no mesmo município.
- IV – Empresa de decoração, estabelecida em Palmas, prestou serviço para Tício, residente em Aracaju.

Assinale a alternativa correta que indique o sujeito passivo do ISS em cada uma das situações concretas descritas acima, conforme as disposições legais previstas no Código Tributária Municipal de Aracaju sobre o tema:

- a) I - tomador; II - tomador; III - prestador; IV - tomador;
- b) I - tomador; II - tomador; III - tomador; IV - prestador;
- c) I - prestador; II - tomador; III - tomador; IV - tomador;
- d) I - tomador; II - tomador; III - prestador; IV - tomador;
- e) I - tomador; II - tomador; III - tomador; IV - tomador;

99. Em relação aos dispositivos legais relativos ao Processo Administrativo Fiscal previsto na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) das decisões proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes não cabe nenhum tipo de recurso administrativo.
- b) das decisões unânimes proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes cabe a apresentação de pedido de reconsideração
- c) os representantes dos contribuintes no Conselho Municipal de Contribuintes serão nomeados pelas associações de classe definidas no Regimento Interno do referido Conselho.
- d) o Conselho de Contribuintes compor-se-á de 8 membros com a denominação de conselheiros e 01 Presidente
- e) o recurso de ofício deve ser interposto pelo representante da Fazenda Pública Municipal dentro do prazo de 30 dias contados data da intimação da decisão administrativa desfavorável à municipalidade

100. Em relação aos dispositivos legais relativos às normas gerais de tributação previstas na Lei municipal nº 1.547/89 (Código Tributário do Município de Aracaju), assinale a alternativa correta:

- a) o recolhimento dos tributos far-se-á pela forma e nos prazos fixados em lei
- b) quando o tributo não for recolhido no prazo deverá ser calculado juros de mora a partir do dia seguinte à data de vencimento a ser pago pelo sujeito passivo

- c) A multa de mora, juros e atualização monetária serão cobradas independentemente do procedimento fiscal.
- d) A incidência da atualização monetária observará como termo inicial, para fins de cálculo do valor a ser devolvido para o sujeito passivo, a data do pagamento indevido.
- e) atendendo a natureza e ao montante do tributo a ser restituído, deverá o Secretário Municipal de Finanças determinar que a restituição se processe através da norma de compensação de crédito.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-ISS-Aracaju-19-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!



<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Estratégia
Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>